**DO CENÁRIO POLÍTICO NEOLIBERAL À APOSTA DE EDUCAÇÃO DECOLONIAL: TRANSFORMAÇÕES CIRCULARES NO CURRÍCULO E NA FORMAÇÃO DE PROFESSORAS/ES**

Bianca Dias de Souza - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro[[1]](#footnote-0)

Carolina Rubano de Oliveira - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro[[2]](#footnote-1)

Luiza Riquelme Martins Portela - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro[[3]](#footnote-2)

**Resumo**

Este trabalho tem o intuito de apresentar as reflexões de nossas pesquisas em andamento no Grupo de Pesquisa: Aprendizagem em Rede, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGEdu/UNIRIO). Sendo assim, demarca-se uma breve contextualização histórica acerca da formação política e econômica de nossa sociedade brasileira, impactada pelas correntes neoliberais, refletindo em problemáticas e desigualdades estruturais, sobretudo, nos espaçostempos educativos, no currículo e na formação de professoras/es. Com base nos direitos promovidos pela Constituição Federal de 1988, nas contribuições latino-americanas e na necessidade de tecermos uma educação voltada para as relações étnico-raciais, reflete-se sobre a aposta decolonial, no sentido de promover práticas e aprendizagens que contribuam para o fortalecimento das diversidades e confluências, apontando novas possibilidades e linguagens para construir conhecimentos outros.

**Palavras-Chave:** Educação. Decolonialidade. Neoliberalismo. Formação de Professoras/es.

**Caminhos introdutórios: formação política, econômica e social brasileira**

O Brasil, desde os primórdios do seu “descobrimento”, foi para Portugal em uma colônia de exploração, que tinha como objetivo ajudar a expandir os mercados portugueses e servir para explorar as possíveis riquezas que existiam nas Américas. A exploração de novos territórios, acontecia junto ao início das atividades capitalistas, que unida à outras práticas, como: a escravidão, o extermínio dos povos originários e os saques as Índias Orientais (Marx, 2013), ajudava a pôr em prática uma nova mentalidade econômica.

O trabalho escravo (indígena ou africano), acontecia concomitantemente à formação da classe trabalhadora europeia. Todavia, enquanto os proletariados europeus se organizavam para obter direitos, no Brasil, os escravizados buscavam meios de resistir à escravidão, através da formação de quilombos, fugas ou com os caifazes (Moura, 2019). Portanto, a classe trabalhadora brasileira está intrinsicamente vinculada à escravidão, gerando reflexos nas relações de trabalho até os dias de hoje.

Essas características da formação do Brasil, ajudam a explicar muitas mazelas sociais presentes: o racismo, o genocídio da população negra, o extermínio indígena e as relações precárias de trabalho, são alguns dos problemas que vem da formação do país (Prado Júnior, 2004). Todos esses fatores juntos, ajudam a explicar a pobreza, a escassez de trabalho e sobretudo, o racismo na sociedade brasileira.

**Neoliberalismo no Brasil e as desigualdades sociais**

Ao se falar de neoliberalismo e suas consequências no Brasil, precisamos ir atrás no tempo e contextualizar que a Constituição brasileira foi promulgada somente em 1988 e após 21 anos de regime militar. Cabe salientar, o contexto sócio-histórico em que ela está inserida, pois isso não só explica muitos de seus fundamentos de bem-estar social, mas também a dificuldade em colocar essas medidas em prática, haja vista a contrarreforma neoliberal acionada nos governos Collor e FHC (Behring, 2004).

Já o neoliberalismo em um contexto global, foi colocado em ação pela primeira vez na ditadura militar chilena (1973-1990), sob o comando de Augusto Pinochet, contudo, a consolidação vem nos governos Thatcher (1979-1990) no Reino Unido, e nos EUA durante os governos de Ronald Reagan (1981-1989). A tomada do poder dos militares chilenos no Golpe de 73 do governo de Salvador Allende, significou não só a perda dos direitos civis no Chile, mas o caminho livre para a implementação de um governo neoliberal, que ao contrário das democracias inglesas e estadunidenses, não havia contrapontos ou possibilidades de protestos em função da violência praticada contra opositores pelo regime.

No Brasil, o neoliberalismo começa nos anos 90, com anos de atraso em relação ao cenário mundial. No entanto, durante essa década, existe uma grande adesão às políticas neoliberais, através da mídia e dos intelectuais, ao discurso de “menos” Estado, trazendo uma certa contradição, que além de reduzir os meios de financiar, colocou o país endividado e atrás de outras economias internacionais (Behring, 2011). Essa modernização econômica vista no neoliberalismo nos anos 90 não era só uma resposta às raízes sociais da Constituição de 1988, mas, às políticas econômicas da ditadura militar, a qual havia um importante papel do Estado na economia.

Nota-se, no caso brasileiro, que essa ampla campanha midiática serve aos interesses do Capital, sendo um grande elemento nessa guerra contra a classe trabalhadora. Os conglomerados midiáticos tiveram – e ainda tem – um grande papel como difusor da ideia de que é bom para todos, menos Estado. Para a mídia, não é uma escolha difícil, uma vez que são gerenciadas a servir ao grande capital, mesmo que isso vá contra direitos constitucionais.

Nos governos PT, houve uma espécie de conciliação de classe, onde tiveram concessões à classe trabalhadora, maior investimento público nas áreas sociais, como no programa Bolsa Família e maior investimento nas universidades federais. Embora seja importante ressaltar feitos notórios dos governos petistas, os quais impactaram diversas famílias diretamente, tendo inclusive tirado o Brasil do mapa da fome, é importante ressaltar que houve uma aliança com a classe burguesa.

Nos âmbitos de privatizações, o ritmo desenfreado do neoliberalismo se mostrou presente no Brasil com os governos Temer (2016-2018) e no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022). Com a crise econômica provocada pela pandemia de Covid-19, a precarização e a uberização do trabalho se intensificaram. A dita modernização só veio para debilitar ainda mais as já frágeis relações de trabalho existentes após a contrarreforma trabalhista de 2017.

Nesse momento, o ultra-neoliberalismo que, já era algo presente na realidade brasileira, se acentuou ainda mais. Ao mesmo tempo que a necessidade fez com que diversas pessoas aderissem a esse tipo de trabalho, também houve uma maior mobilização da classe em busca de direitos, tendo manifestações e paralisações contra as péssimas condições de trabalho, como é o caso dos entregadores de aplicativos.

As reformas trabalhistas que só tiram direitos do trabalhador são amplamente alardeadas nos telejornais como a solução para a crise econômica, sendo que a realidade só confirma o contrário.

Além disso, some isso a um país que teve mais de 300 anos de escravização, onde a população negra, após a abolição continuou sendo marginalizada, que se explica não só a desigualdade social que vemos hoje, mas também o genocídio da população negra praticado pelo Estado.

Governos neoliberais não são Estado mínimo para todos, mas Estado mínimo para a classe trabalhadora, sobretudo para a população negra, indígenas e quilombolas, grupos que sofreram grande perda de direitos nos últimos anos, sobretudo no governo Bolsonaro.

**Decolonialidade na educação: considerações na contramão da colonialidade**

Historicamente, desde o período da escravização dos povos negros e indígenas, um sistema de corrupção vem acontecendo no Brasil, provocando desigualdades estruturais (econômicas, raciais, educacionais, de gênero, etc.). E o que a educação tem a ver com tudo isso? Será que a educação tem o poder de reduzir tais mazelas sociais? “Nas sociedades ocidentais, sem estudo formal não há possibilidade de mudança social, com as classes se comportando como estamentos congelados e destituídos da capacidade de romper ciclos de pobreza herdados do passado” (Schwarcz, 2019, p. 24).

Lamentavelmente, somos fruto de um passado escravocrata e a educação implicava e implica em cidadania. Assim, um ensino público, de qualidade, laico e inclusivo, podia e pode colaborar para a diminuição das desigualdades. Desse modo, questionamos a relação entre poder-saber-ser oriunda da colonialidade que perpassou séculos de nossa história. Portanto, explicaremos esses três eixos demarcadores do sistema colonial capitalista, pautando-nos em estudos latino-americanos, sobretudo, de Camila Penna (2014); Aline Legramandi; Manuel Tavares & Rita Gallego (2022):

1. *Colonialidade do poder* - refere-se à dominação de raça, inferiorizando e destinando ao trabalho escravo;
2. *Colonialidade do saber* - refere-se à inferiorização dos modos de ser e pensar dos outros povos, desconsiderando as suas cosmovisões;
3. *Colonialidade do ser* - atrelada ao lugar de poder-saber, refere-se à subalternização de gênero e sexualidade.

Pensamos, principalmente, em uma junção daquilo que podemos resgatar e reconstruir, como também, abrindo-nos mesmo que entre as brechas e entre os *espaçostempos*, para o novo, o contemporâneo, para a continuação que não nega o passado, mas o assume e transforma, transgredindo as estruturas hierárquicas sociais e epistemológicas excludentes, propondo uma *educação para as relações étnico-raciais* (ERER), onde as Leis 10.639/03 e 11.645/08 (diretrizes que incluem as histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas) devem fazer parte das ementas e componentes curriculares também no Ensino Superior e na formação docente (Pinheiro, 2023).

Nesse sentido, alinhando-nos à perspectiva decolonial, compreendemos que esse é um movimento transgressor e abrangente, que luta pelo direito às diferenças e se desprende da lógica de um único possível modo de ser/estar/existir no mundo, integrando pensamentos e práticas outras. (Bruno; Vaccarini; Hessel; Pesce, 2024). Ao abordarmos a *decolonialidade* na educação, pelo viés das relações étnicos-raciais, e indo para além delas, refletimos que há, ainda, muito a ser realizado, já que esse é um processo que pode vir a influenciar diretamente na forma como nos relacionamos com o outro e como produzimos os conhecimentos e saberes outros.

De maneira inconclusiva, contudo, aberta às imprevisibilidades e múltiplas fronteiras da formação, evocamos a sabedoria circular indígena e quilombola, a qual desconstrói a ideia de monocultura, trazendo as *confluências* como pontes de afetação para outros mundos (Krenak, 2022, *apud* Santos, 2015). Ou seja, se fazemos parte e coexistimos numa sociedade plural, as divergências necessitam ser transformadas em diversidades e confluências, integrando a todas/os e tecendo outras linguagens, currículos e culturas nos *espaçostempos* educativos.

**Referências**

BEHRING, E. A contrarreforma neoliberal e apolítica social. In: **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Políticas Sociais no Governo Lula: uma reflexão**. In: Revista Iscrita. Nº9, Nov. 2004. Disponível em: <https://issuu.com/cfess/docs/revistainscrita-cfess__9_>. Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 20 maio.2024.

BRUNO, Adriana Rocha; HESSEL, Ana Maria Di Grado; VACCARINI, Emmanuelle; PESCE, Lucila. ELAS/ES NAS REDES: DECOLONIALIDADE NAS PESQUISAS E NAS DOCÊNCIAS SOBRE/NA/COM A CULTURA DIGITAL. **Revista Docência e Cibercultura**, [S. l.], v. 8, n. 3, p. 01–08, 2024. DOI: 10.12957/redoc.2024.83427. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/re-doc/article/view/83427>. Acesso em: 30 maio. 2024.

Dos SANTOS, Theotonio. **Evolução histórica do Brasil**: da colônia à crise da “Nova República”. Petrópolis: Vozes, 1995.

KRENAK, Ailton. **O Futuro é Ancestral.** São Paulo:Companhia das Letras, 2022.

LEGRAMANDI, Aline Belle; TAVARES, Manuel; GALLEGO, Rita. A incidência feminina nas pesquisas sobre pedagogia decolonial, com ênfase nos estudos de gênero e sexualidades na educação formal brasileira em periódicos nacionais: uma revisão sistemática de literatura. **Dialogia.**São Paulo, n. 41, p. 1-20, e22474, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/41.2022.22474>. Acesso em 04 Set. 2023.

MARX, K. **O capital**. Livro I. Trad.: R. Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, [1988] 2019.

PENNA, Camila. Paulo Freire no pensamento descolonial: um olhar pedagógico sobre a teoria pós-colonial latino-americana. **Revista de estudos & pesquisas sobre as américas**, v.8, n.2, 2014.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista.** São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos:** modos e significados. Brasília: Instituto de Inclusão no Ensino Superior/ UNB, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro.** 1. ed. São Paulo:

Companhia das Letras, 2019.

1. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGEdu/UNIRIO) e Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). [↑](#footnote-ref-0)
2. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGEdu/UNIRIO) e Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). [↑](#footnote-ref-1)
3. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGEdu/UNIRIO) e Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). [↑](#footnote-ref-2)